



Recebido em: 21/09/2016

Aceito em: 30/10/2016

PROCESSO DE DIVINIZAÇÃO DE JESUS DE NAZARÉ NO MUNDO ROMANO (312-381)

DIVINISATION PROCESS OF JESUS OF NAZARETH IN THE ROMAN WORLD (312-381)

Carlos Antonio dos Santos¹

<http://lattes.cnpq.br/1465349879031839>

Orientador: Prof. Ms. Denis Renan Correa²

<http://lattes.cnpq.br/3958268241529325>

Resumo: Jesus de Nazaré foi um judeu de seu tempo, que conhecia a Lei judaica (Torah), de forma que a praticou e a ensinou até os seus últimos dias de vida. Mas, após sua morte, parte de seus seguidores passaram a enxergá-lo como o próprio Deus encarnado. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir e analisar como se deu o processo de divinização de Jesus de Nazaré no mundo romano, e, ao mesmo tempo mostrar que nem todos os cristãos do período em estudo pensavam em um Jesus semelhante a Deus ou um Jesus como sendo o próprio Deus, já que ele era oriundo de uma sociedade monoteísta organizada, a qual possuía leis, regras e mandamentos altamente rígidos. Dessa forma, principalmente em meio à classe letrada do mundo romano, em especial, entre os sacerdotes cristãos, desencadeou uma longa e acirrada disputa teológica que envolveu até mesmo imperadores como Constantino I e Teodósio I.

Palavras-chave: Monoteísmo. Judaísmo. Cristianismo. Divinização de Jesus. Império Romano.

Abstract: Jesus of Nazareth was a Jew of his time, who knew the Jewish Law (Torah), so that practiced and taught until his last days of life. But after his death, some of his followers now see as the incarnate God. In this sense, this article aims

¹ Licenciado em História pelo Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui curso médio em Teologia pela Escola Teológica da Assembleia de Deus no Brasil (ESTEAD) pelo núcleo de Salvador no estado da Bahia.

² Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2009) e Mestre pela mesma instituição (2012), atualmente atua como Professor Assistente II na área de História Antiga e Medieval na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

to discuss and analyze how was the deification process of Jesus of Nazareth in the Roman world, and at the same time show that not all Christians of the period under study thought in a similar Jesus God or Jesus as God himself, since he was coming from an organized monotheistic society, which had laws, rules and highly rigid commandments. Thus, particularly among the literate class of the Roman world, especially among the Christian priests triggered a long and fierce theological dispute that involved even as emperors Constantine and Theodosius I.

Keywords: Monotheism. Judaism. Christianity. Deification of Jesus. Roman Empire.

Introdução

No século I da era cristã, a Judéia estava ocupada pelo “poderoso” Império Romano. Se sentindo oprimidos pela ocupação romana, os judeus desejavam ardentemente se livrarem dos seus opressores, mas para isso precisavam de um ou mais líderes que comandassem uma grande revolta contra Roma. Foi o que realmente aconteceu, na Judéia, vários líderes com aspirações messiânicas surgiram durante quase todo o primeiro século da era cristã (HOSLEY; HANSON, 1995, p. 89-124). Foi nesse mesmo período e de grande turbulência política, econômica, social e religiosa que surgiu na Judéia um homem de origem camponesa da região da Galiléia ensinando a obediência às Leis de Deus, fazendo discursos formidáveis que atraía multidões (Mateus 5: 1-12).³ Seu nome a princípio em hebraico era *Yeshua* e em grego *Iesous*, o qual após sua morte por volta dos anos 30 d.C. em meio ao mundo greco-romano passou a ser conhecido como *Iesous Christos* (Jesus Cristo) o filho de Deus, e mais tarde, ainda na segunda metade do século primeiro da era cristã, foi considerado por muitos de seus seguidores como sendo o próprio Deus encarnado.

O projeto messiânico de Yeshua (Jesus) a princípio estava totalmente atrelado às tradições religiosas judaicas, e isso não foi por acaso, judeu como outros milhares de judeus, ele cumpriu todos os costumes e tradições religiosas de seu povo, tradições essas que tinha como princípio a crença em um único Deus, com leis, regras e mandamentos contidos no livro sagrado dos judeus chamado Torah. Após a sua morte os seus seguidores deram continuidade ao seu movimento, levando a sua mensagem a várias partes do mundo conhecido, mundo esse, dominado pelo Império Romano e altamente influenciado pela cultura e língua grega.

Com o objetivo de alcançar principalmente os judeus que viviam nessas regiões, os discípulos de Jesus chegaram nesses territórios anunciando que ele era o messias esperado pelo povo judeu, assim, essa mensagem chegou também a outros povos de tradições religiosas totalmente distintas dos judeus, especialmente aos povos de fala grega, que de forma gradual, passaram a ver Jesus como sendo o próprio Deus, já que essa prática de conceber um líder político-militar como um homem-deus era comum entre esses povos. A partir daí, começou uma acirrada disputa teológica sobre essa questão, se Jesus era ou não Deus. Disputas essas que começaram entre judeus que praticavam o judaísmo tradicional, os quais acreditavam em Jesus como o messias humano que veio para dar a redenção de

³ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus Editora, 2002.

Israel, judeus que seguiam o judaísmo normativo e que ainda esperavam a chegada do messias e os recém-formados cristãos helenizados. Entre esse último grupo também havia divergências a respeito da humanidade e da divindade de Jesus, divergências que se prolongaram por muitos séculos adiante.

Os cristãos chegam ao quarto século sem uma unidade definida, ainda havia vários grupos independentes de cristãos em diversas partes do território romano, porém, em muitas cidades e províncias romanas na Europa, no norte África e na Ásia Menor havia grupos de cristãos liderados por bispos que apesar de estarem de certo modo conectados uns aos outros atuavam de forma autônoma. Além de bispos, havia também teólogos, diáconos, padres e presbíteros, que gozavam de grande respeito nas comunidades cristãs, entre esses clérigos estava Orígenes de Alexandria,⁴ que era considerado o maior teólogo de sua época e acreditava na Trindade.⁵ Para Orígenes de Alexandria o Filho era inferior ao Pai, e que apesar de Jesus estar unido a Deus, o Filho era também separado do Pai. Mas foi outro clérigo cristão um século após Orígenes de Alexandria que causou uma grande controvérsia nas comunidades cristãs da época, esse clérigo se chamava Ário. O padre Ário ensinava que Cristo fora criado por Deus antes do princípio do mundo e que não era eterno como o Pai. Essas afirmações de Ário foi o estopim para causar a grande controvérsia nas comunidades cristãs, especialmente entre os bispos dessas comunidades, que logo trataram de condenar o padre Ário juntamente com suas afirmações, porque para os bispos que defendiam a divindade de Cristo, as afirmações de Ário eram blasfêmias. Essas divergências com o padre Ário forçaram os bispos cristãos a organizarem diversas assembleias para decidirem o que iam fazer com Ário e suas teorias contrárias aos seus ensinamentos. Assembleias que por sua vez forçaram a criar o primeiro concílio ecumênico da história cristã, o Concílio de Nicéia no ano 325 d.C.

Portanto, este artigo tem como finalidade elucidar a questão da controversa divindade de Jesus no mundo romano e reconstituir o contexto histórico desse período da história do cristianismo. Afinal para os sacerdotes cristãos do século IV Jesus era Deus ou não? Como se deu o processo de divinização de Jesus? E os judeus que conviviam com os cristãos desse período como viviam e o que foi feito com a teoria judaica da unidade de Deus e as suas doutrinas? Certamente vamos obter essas respostas ao longo desse trabalho. Acreditamos que este artigo trará de forma sucinta para seus leitores luzes para essas questões e fornecerá um elo

⁴ Teólogo e filósofo neoplatônico patrístico. Considerado um dos Padres gregos, ou (e) um dos Pais da Igreja. Viveu entre 185 e 253 d.C.

⁵ (ALEXANDRIA, Orígenes de. *De Principiis*. Livro IV, IIIª parte, passagem 14).

entre esses assuntos e diversos outros ao longo desses dois mil anos da cristandade.

De um possível redentor do Estado nacional judaico a um semideus cristão

Os judeus do primeiro século da era cristã aguardavam a chegada de um redentor messiânico que iria restabelecer a liberdade nacional e religiosa do Estado judaico. A Judéia desse período era uma província romana e o berço do monoteísmo judaico, foi na primeira metade deste período que surgiu Jesus, chamado também de Nazareno, ele foi também assim chamado devido Nazaré ser a cidade onde ele provavelmente nasceu, passou maior parte de sua vida e deu início a sua pregação (CHEVITARESE; CORNELLI, 2007, p. 41).⁶ E por muito de seus discípulos ele era considerado o messias redentor de Israel (Mateus 16: 16).⁷

Na narrativa bíblica também no livro de Mateus capítulo 5 e versículo 17, Jesus deixa claro "*Não penseis que vim revogar a Lei e os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento*". Essa passagem bíblica nos dá uma boa indicação em que sociedade Jesus estava inserido, essa sociedade era a judaica. O povo judeu desse período mantiam sua antiga crença de adoração e obediência a um único Deus, e possuíam textos sagrados, todos contidos na Torah. E Jesus como todo judeu não ensinou outra coisa se não o serviço a um único Deus. E quem era esse Deus? Para os judeus, o Deus que eles serviam era um Deus espiritual, que não poderia ser apalpado por mãos humanas e criador de todas as coisas. Mas ao chegar a outras partes dos domínios romanos, o movimento de Jesus logo ganhou um novo formato, e o seu líder, um humilde filho de carpinteiro de origem judaica, após sua morte, passa a ser considerado por parte de muitos de seus seguidores como sendo o próprio Deus encarnado. De acordo com Crossan,⁸ em sua obra "*O Nascimento do Cristianismo: O que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*" publicada em 2004, a crença em um Jesus como sendo o próprio Deus ou homem-deus se deve possivelmente por causa da assimilação feita pelos judeus helenizados que se tornaram cristãos com culturas de outros povos vizinhos a Israel, ou mesmo por

⁶ CHEVITARESE, André L. & CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo antigo*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁷ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus Editora, 2002.

⁸ John Dominic Crossan. Graduado em filosofia e teologia em Stonebridge Priory Lake Bluff, Illinois, EUA. Fez Pós-graduação na Faculdade de St. Patrick, Maynooth, o Seminário Teológico da Universidade Nacional da Irlanda, em Kildare, na Irlanda. Pós-doutorado em exegese no Pontifício Instituto Bíblico, em Roma no ano de 1961. Pós-doutorado em arqueologia na Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém (então na Jordânia). Em 2003 se tornou Doutor em Ciências Humana [Honorário], pela Stetson University, em DeLand, Florida Estados Unidos da América.

povos de diversas outras nacionalidades, especialmente os próprios gregos e romanos também convertidos ao cristianismo que relacionavam o nascimento de Jesus de pai divino e mãe humana ao nascimento de um personagem da mitologia greco-romana, chamado Enéias,⁹ o qual nasceu de mãe divina e pai humano. Além disso, muitos romanos acreditavam que o imperador Cesar Augusto¹⁰ foi gerado de pai divino e mãe humana, ideia essa reforçada no poema de Virgílio chamado *Eneida*. Assim, gradualmente o recém-formado cristianismo – também criado após a morte de Jesus – foi aos poucos se separando de suas raízes judaicas e incorporando costumes gentílicos (SCARDELA, 1998, p. 291, 347-350).¹¹

Por outro lado, na concepção judaica do primeiro século, o seu messias seria humano, descendente da casa do rei Davi que iria liderar uma grande revolta contra os romanos e expulsá-los da Terra de Israel. Portanto, transformar o filho de um carpinteiro em um semideus ou no próprio Deus, consistia para os judeus uma afronta muito grande, especialmente para os judeus mais letrados. Dessa forma, o movimento de Jesus foi completamente separado das demandas messiânicas judaicas e se tornou em uma nova religião trazendo consigo apenas alguns resquícios do movimento original criado por Jesus de Nazaré e em grande parte incorporou tradições e elementos culturais e religiosos dos povos gregos e romanos (SCARDELA, 1998, p. 327-328).

Disputa teológica entre os sacerdotes cristãos acerca da divindade Cristo

No quarto século da era cristã por volta do ano 312 acontece algo inusitado, o imperador romano Constantino I se converte ao cristianismo, a motivação para essa conversão foi um sonho, e nesse sonho uma frase ecoou “sob este sinal vencerás”, o sinal seria uma combinação das duas primeiras letras gregas (“X” e “P”) do nome *Khristós* (Χριστός), *Cristo* em português (VEYNE, 2011, p. 5).¹² Com a conversão de Constantino I, uma reviravolta ocorre na política romana em relação aos cristãos, após séculos de perseguição, o imperador decide por fim na política de intolerância religiosa aos cristãos. Enquanto isso, o debate acerca da divindade de Cristo continuava, desde a segunda metade do primeiro século da era cristã até o final do século IV. Mas foi principalmente durante quase todo o século IV que esse

⁹ Personagem mítico existente no poema épico escrito por Virgílio por voltado século I a.C. (CROSSAN, 2004, p. 23, 26).

¹⁰ Considerado o primeiro imperador da Roma antiga, governou de 27 a.C. até sua morte em 14 d.C.

¹¹ SCARDELA, Donizete. *Movimentos messiânicos no tempo de Jesus: Jesus e outros profetas*. São Paulo: Paulus, 1998.

¹² PAUL, Veyne. *Quando Nosso Mundo Se Tornou Cristão (312-394)*. Tradução de Marcos de Castro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

debate se tornou intenso, mais explícito e caloroso. A respeito disso, o professor britânico Richard E. Rubenstein¹³ nos diz que “... as disputas entre os cristãos, e sobretudo os argumentos pertinentes à relação entre Jesus Cristo, o Filho com Deus, o Pai, tinham-se tornado tão veementes quanto os conflitos centenários entre os cristãos e os pagãos” (RUBENSTEIN, 2001, p. 25).¹⁴

O debate acerca da divindade de Cristo também era complexo, controverso e polêmico. O teólogo norte-americano Bart D. Ehrman cita o bispo de Roma, Dionísio, o qual escreveu uma carta dirigida ao bispo de Alexandria do Egito também chamado de Dionísio, o qual já lutava para combater o movimento *sabeliano*, movimento esse, que pregava a existência de apenas um Deus, mas que esse Deus único agia em três modos de existência. A carta escrita por volta do ano 260 d.C. continha uma petição de ajuda ao bispo de Alexandria sobre sua posição teológica em relação a divindade de Cristo. De acordo com Ehrman, o bispo de Roma afirmava que Cristo era Deus, e ao mesmo tempo um ser separado de Deus-Pai, mas tão unido a ele que formavam uma unidade absoluta (EHRMAN, 2014, p. 199).¹⁵

Intensificadas as disputas teológicas acerca da divindade de Cristo no século IV, entra em cena um sacerdote chamado Ário. De origem líbia, Ário acabou indo morar em Alexandria, lá ele se envolveu com a devota comunidade cristã do Egito. De acordo com Ehrman “Em 312 foi ordenado padre e encarregado do comando de sua própria igreja” (EHRMAN, 2014, p. 200). Nesse ministério em Alexandria, Ário era submisso ao bispo dessa cidade chamado Alexandre, que de acordo com Rubenstein, ele foi designado a ministrar numa igreja em Baucalis,¹⁶ demonstrando um grande talento na oratória (RUBENSTEIN, 2001, p. 77).

Mas o padre Ário tinha outros talentos, versado na poesia, ele transformava suas pregações religiosas em cantos poéticos. Foi através de uma dessas canções religiosas em forma de poesia denominada – *Thalia – O Banquete* – que Ário ganhou notoriedade na comunidade cristã de Alexandria, especialmente entre os sacerdotes, como o bispo de Alexandria de quem ele era submisso. Esse mesmo bispo havia incubido o padre Ário à responsabilidade de dirigir a igreja de Baucalis. No entanto, essa notoriedade do padre Ário na comunidade cristã, era

¹³ Professor de Resolução de Conflitos e Negócios Públicos da Universidade George Mason Estados Unidos da América. Especialista em conflitos sociais e religiosos violentos. Formado pelo Harvard College, Oxford University (Rhodes Scholar) e Harvard Law School.

¹⁴ RUBENSTEIN, Richard E. *Quando Jesus se tornou Deus: a luta épica sobre a divindade de Cristo nos últimos dias de Roma*. Rio de Janeiro: Fisus, 2001.

¹⁵ EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se tornou Deus*. Versão em PDF. São Paulo: LeYa, 2014.

¹⁶ Distrito de Alexandria próximo ao Grande Porto (RUBENSTEIN, 2001, p. 77). De acordo com a tradição da Igreja Copta foi também o local onde o apóstolo São Marcos foi martirizado.

demasiadamente negativa na comunidade, principalmente na visão do bispo Alexandre, o qual ordenou que o padre Ário fosse expulso da cidade de Alexandria. Isso se deve, de forma irônica, aos seus talentos na oratória, na música e na poesia, e justamente por causa de uma de suas maiores poesias, que no entendimento do bispo Alexandre, se tratava de um documento perigoso no mundo eclesiástico cristão. O professor e autor Richard E. Rubenstein nos apresenta o conteúdo da poesia do padre Ário:

Aquele que não tem princípio fez do Filho o início de todas as coisas feitas e o promoveu como Seu Filho por adoção.
Antes de ele começar a existir, a Mônade existia, mas a Díade não.
Consequentemente existia a Tríade, mas não com glórias iguais. E as substâncias não se misturam entre si.
O Superior é capaz de gerar um que seja igual ao Filho, mas não de maior excelência, superioridade ou grandeza.
Por vontade de Deus, o Filho é o que é, seja o que for isto.
Deus é incompreensível ao Seu Filho. Ele é o que é para Si próprio: o Indizível.
O Pai conhece o Filho, mas o Filho não conhece a si mesmo.¹⁷

Nesse poema o padre Ário deixa claro sobre o que ele pensava a respeito da Trindade, e sobre como ele enchergava a divindade de Cristo. Antes de Ário havia também outro teólogo cristão chamado Orígenes que viveu entre os anos de 185 e 253 da era cristã. Como já vimos anteriormente, esse Orígenes ensinava que Jesus era inferior e subordinado a Deus. Suas teorias também não foram aceitas pela maioria dos clérigos cristãos, especialmente pelo bispo de Alexandria, o qual repudiou várias de suas doutrinas, principalmente os seus ensinamentos a respeito da inferioridade de Jesus em relação a Deus (RUBENSTEIN, 2001, p. 80). Mas os ensinamentos do padre Ário foram ainda mais radicais. Para Ário, Jesus teve um princípio, ou seja, foi criado por Deus, portanto, não era eterno como Deus, ganhou sua eternidade após sua missão na terra, quando nasceu, morreu, ressucitou e foi levado aos céus (RUBENSTEIN, 2001, p. 81). Ário deixou claro também que apesar de Jesus ser inferior a Deus, ele era superior a todos homens. Essas afirmações de Ário, obviamente, geraram na comunidade cristã do período, uma controvérsia muito grande, muitas dúvidas, perguntas e questionamentos acerca da divindade de Cristo ganharam força. Para o bispo Alexandre os ensinamentos do padre Ário provocou essa onda de questionamentos na comunidade cristã, então, preocupado com essa situação, de acordo com Rubenstein, no ano de 318 ele pregou vários

¹⁷ (RUBENSTEIN, 2001, p. 81). O autor explica em uma nota de rodapé que a obra poética de Ário chamada “Thalia” é citada pelo teólogo, estudioso da patrologia e escritor alemão Johannes Quasten. E que no trabalho de Quasten intitulado “Patrology” foi usada uma versão tendenciosa da “Thalia” escrita pelo arcebispo de Alexandria Atanásio na obra “*Oration Against the Arians*”. O autor ainda diz que substituiu da “Thalia” várias palavras antigas por sinônimos modernos e inverteu a ordem das citações para dar maior clareza ao texto.

sermões, afirmando que Jesus era Deus, que tomou a forma de homem, e qualquer sermão afirmando o contrário era considerado uma heresia (RUBENSTEIN, 2001, p. 82).

A expansão da controvérsia

Em 318 o bispo Alexandre convocou um concílio na cidade de Alexandria para discutir e julgar a questão dos ensinamentos do padre Ário, ensinamentos esses, considerados pelo bispo Alexandre como heréticos. O professor Rubenstein relata que mais de cem bispos participaram do concílio, no entanto, apesar da maioria aceitar a posição do bispo Alexandre, boa parte dos clérigos apoiavam Ário (RUBENSTEIN, 2001, p. 83). No concílio foi redigido um documento exigindo que Ário e seus seguidores se retratassem e fizessem uma profissão de fé assinando o documento. No entanto, Ário e seus seguidores se recusaram a assinar o documento, fazendo com que os membros do concílio que apoiavam o bispo Alexandre, inclusive o próprio bispo Alexandre, excomungassem o padre Ário e todos os seus seguidores (RUBENSTEIN, 2001, p. 83).

Mas nem isso impediu que Ário e seus seguidores desistissem de suas ideias teológicas acerca de divindade de Cristo. O padre Ário entrou em contato com seu ex-colega de estudos de teologia o bispo Eusébio de Nicomédia, na época a cidade de Nicomédia era a capital do Império Romano do Oriente. Ário e Eusébio de Nicomédia foram alunos do teólogo, presbítero e mártir Luciano de Antioquia. A carta do padre Ário continha sua defesa em relação à discordia teológica dele com o bispo Alexandre. Ário acusava o bispo de Alexandria de perseguição injusta contra ele, tudo por causa da controvérsia entre os dois acerca da divindade de Cristo, ou seja, Ário defendia que Jesus não era Deus, e que o mesmo foi criado por Deus antes dos tempos, já o bispo Alexandre defendia que Jesus era Deus, que se fez homem e habitou entre os homens.

Não demorou muito para o bispo Eusébio de Nicomédia atender positivamente ao padre Ário. Dessa forma, Ário sentiu-se tão confortável que foi buscar amparo na cidade de Nicomédia ao lado do seu ex-colega de escola de teologia no inverno de 318 (RUBENSTEIN, 2001, p. 85). Longe de Alexandria, Ário se via cada vez mais envolvido numa grande controvérsia teológica com o bispo Alexandre, controvérsia essa que alcançou uma repercussão enorme em todas as comunidades cristãs existentes no mundo romano. O bispo Eusébio de Nicomédia se viu impelido a fazer algo por seu ex-colega Ário, imeditamente, enviou cartas a outros bispos a respeito da causa de Ário, como consequência disso, o bispo Alexandre recebeu inúmeras correspondências de solicitação para que o padre Ário

fosse readmitido à comunhão da comunidade cristã de Alexandria e retornasse a dar sermões normalmente (RUBENSTEIN, 2001, p. 85). O bispo Eusébio de Nicomédia também convocou um concílio na cidade de Bitínia no ano seguinte, ou seja, em 319 para enfraquecer o que foi decidido contra o padre Ário no concílio do ano de 318 no Egito realizado à pedido do bispo Alexandre. Rapidamente esse concílio se mostrou favorável ao padre Ário, sendo decidido a readmissão dele como sacerdote da comunidade cristã de Alexandria, e ainda, os bispos desse concílio exigiram que o bispo de Alexandria também aceitasse a readmissão de Ário.

Fortalecido com o apoio dos bispos presentes no concílio de Bitínia, o padre Ário decide viajar, passando pela Líbia (sua terra natal), vai até à Palestina onde se encontra com o bispo Eusébio de Cesaréia,¹⁸ lá é bem recebido, e assim como o bispo Eusébio de Nicomédia, Eusébio de Cesaréia convoca um concílio no ano 321 em defesa de Ário, que por unanimidade decidem apoiar a causa do padre, e também exigem que o bispo Alexandre reconduza Ário ao seu cargo novamente (RUBENSTEIN, 2001, p. 87). Eusébio de Cesaréia tinha uma interpretação acerca da divindade de Cristo semelhante a do padre Ário, para ele, Jesus era o Verbo de Deus-Pai com existência prévia, ou seja, primeiro ser criado por Deus, que tomou a forma corpórea humana (CESARÉIA, livro I, capítulo II, passagem 2-8).¹⁹ Finalmente, após passar pela Líbia e pela Palestina em suas viagens, Ário retorna à Alexandria. Insatisfeito com retorno de Ário à Alexandria e com o apoio de quase todos os bispos orientais ao padre, o bispo Alexandre envia cerca de duas cartas a cada bispo fora do Egito na tentativa de buscar apoio favorável no Ocidente, devido também ele perceber que havia muita desorganização na comunidade cristã Oriental (RUBENSTEIN, 2001, p. 87). Ainda de acordo com Rubenstein, uma das cartas pode ter sido escrita pelo próprio Alexandre, o qual *"... advertia os clérigos em toda parte contra Ário seus colegas, acusando-os de 'lutarem contra Cristo' à maneira dos judeus e gregos, pregando que Jesus era igual aos homens e insuflando assim as 'sedições e perseguições' contra os fiéis"* (RUBENSTEIN, 2001, p. 87-88). A outra carta segundo Rubenstein, foi possivelmente enviada pelo diácono de Alexandria Atanásio, o qual *"criticava Eusébio de Nicomédia e incentivava os clérigos a não levarem em consideração as suas cartas e acusava dramaticamente os arianos de 'rasgarem o manto de Cristo'"* (RUBENSTEIN, 2001, p. 88).

¹⁸ Bispo de Cesaréia, é considerado um dos Pais da Igreja, viveu entre 265 e 339 da era cristã.

¹⁹ CESARÉIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. Digitalizada e revisada por micscan. Lançada por Semeadores da Palavra. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Editora Novo Século, 2002.

Acontecimentos que antecederam o Concílio de Nicéia

Passados cerca de 11 anos do início da controvérsia teológica entre o padre Ário e o bispo Alexandre, no ano 325 tudo indicava que a controvérsia estava longe de acabar, na verdade, nesse mesmo ano a controvérsia entre os dois clérigos estava no auge das disputas ideológica, disputas essas que em certas ocasiões os seguidores de Ário e os seguidores de Alexandre partiram para confrontos violentos nas ruas (RUBENSTEIN, 2001, p. 88). Preocupados com uma série de questões que impediam a rápida expansão da Igreja, entre elas as perseguições romanas iniciadas pelo menos a partir do primeiro século da era cristã com o imperador Nero até a chamada Grande Perseguição,²⁰ e é claro, a controvérsia teológica criada entre os cristãos a partir dos ensinamentos do padre Ário, os bispos do Oriente passaram a desejar ardentemente pela realização de um grande concílio que resolvesse esses problemas e fizesse com que a Igreja crescesse rapidamente (RUBENSTEIN, 2001, p. 91).

De acordo com Bart D. Ehrman, em 313 "*Constantino persuadiu seu coimperador, Licínio, a emitir um decreto conjunto encerrando toda perseguição aos cristãos*" (EHRMAN, 2014, p. 203). Esse decreto ficou conhecido como Édito de Milão ou Édito da Tolerância. Apesar dos bispos do Oriente estarem preocupados com o crescimento da Igreja, foi a partir do decreto de Milão que os cristãos presenciaram um crescimento espantoso de sua religião em todo o território romano. Segundo Ehrman, a estimativa dos acadêmicos é que na época da conversão de Constantino cerca de cinco por cento dos sessenta milhões de habitantes do império se declaravam cristãos, e que "*No final do século, cerca de cinquenta por cento das pessoas do império eram cristãs*" (EHRMAN, 2014, p. 203).

Ciente do que estava ocorrendo entre os cristãos, especialmente entre os clérigos, o imperador Constantino envia uma carta através de um importante bispo de Córdoba chamado Ósio, a carta estava endereçada para ser entregue ao padre Ário e ao bispo Alexandre. Bart D. Ehrman, traz através de sua obra um trecho da carta de Constantino, a qual contém as seguintes palavras "*Considereei a origem e o motivo de tais coisas... extremamente triviais e indignos de tamanha controvérsia*" (Vida 2.68) (EHRMAN, 2014, p. 205). O bispo Ósio fez exatamente o que Constantino lhe havia ordenado, entregou uma cópia da carta com o mesmo conteúdo a Ário e ao bispo Alexandre. Rubenstein relata que, Ósio era um bispo

²⁰ Foi provavelmente a última e a mais sangrenta perseguição aos cristãos no Império Romano. Iniciada em 303 por ordem do imperador Diocleciano. O objetivo era simples, forçar os cristãos a renunciar a sua fé e adorar os deuses pagãos (EHRMAN, 2014, p. 203).

acostumado com controvérsias e conhecia bem o uso do poder (RUBENSTEIN, 2001, p. 73). Além do mais, assim como o bispo Alexandre, Ósio contrário as ideias teológicas de Ário, ambicioso, cedente por destaque e ascensão no meio religioso cristão, estar envolvido no debate teológico entre Ário e Alexandre, era tudo que ele queria naquele momento. Não demorou para ele fazer algo em relação a questão ariana, de acordo com Rubenstein, Ósio decidiu aconselhar Constantino a convocar um concílio na primavera de 325, “... e de preferência numa cidade que não ficasse muito distante do seu quartel-general – talvez em Ancara, cujo bispo Marcelo era um adversário ferrenho de Ário e dos dois Eusébios” (RUBENSTEIN, 2001, p. 91).

Antes do concílio de Nicéia houve um outro concílio na cidade de Antioquia da Síria. Ósio logo soube tirar proveito nesse concílio, com autorização do imperador Constantino, viajou partindo de Alexandria em direção à Antioquia da Síria. Em Antioquia, Ósio assumiu a presidência do concílio, onde foi elaborado um atestado de declaração de fé e aprovado por cerca de sessenta bispos que estavam presentes para o evento. Neste atestado os bispos foram compelidos a afirmar que “Jesus Cristo sempre existiu”, “que é imutável e inalterável”, “que ele não é a imagem da vontade nem do nada, exceto da existência real do Pai”, entre outras afirmações (RUBENSTEIN, 2001, p. 91).

O professor britânico Rubenstein relata que também foi acrescentado no atestado de declaração de fé ainda alguns anátemas como: “que Jesus era mais criatura que Criador”, “que ele não era eterno” e “que não era imutável por natureza, como Deus” (RUBENSTEIN, 2001, p. 91). Logo, quem se comportasse dentro das práticas desses anátemas seria automaticamente desligado da comunidade eclesiástica e de toda a cristandade. Isso é claro, atingia em cheio os arianos, como de fato foi o objetivo dessas afirmações e desses anátemas. E de fato esse atestado funcionou contra três bispos presentes no concílio de Antioquia, os quais se posicionaram contra a declaração de fé e os anátemas, sendo automaticamente tidos como heréticos e excomungados da comunidade eclesiástica e da cristandade oficial, o nome dos três excomungados são: Teódoto de Laodicéia, Narciso de Nerônia e nada menos que Eusébio de Cesaréia (RUBENSTEIN, 2001, p. 93). Esse último de grande influência no mundo cristão, sua excomunhão gerou uma enorme comoção e um grande choque na comunidade cristã. Certamente que a excomunhão dos três bispos serviu de alerta para os arianos em relação as suas convicções teológicas e para o que poderia acontecer no Grande Concílio da cidade de Nicéia.

O Grande Concílio de Nicéia

Apesar de Constantino não ter conhecimento teológico, ele liderou o Grande Concílio de Nicéia, certamente que a sua posição de imperador de Roma, influenciou na sua liderança em um concílio eclesiástico cristão. A princípio o Grande Concílio deveria acontecer em Ancara (na atual Turquia), mas por razões pessoais Constantino ordenou a transferência para Nicéia (também na atual Turquia) próximo da Nicomédia. Apesar do tema central ser o arianismo, estava em pauta também o estabelecimento de um consenso da igreja, o estabelecimento da doutrina Trinitária, a construção do Credo Niceno, a fixação da data da Páscoa, a promulgação da lei canônica, oficialização da guarda do dia do *Deus-Sol* (Sol Invicto) como dia de descanso cristão, já estabelecido no Édito de Constantino, entre outras questões importantes para a cristandade.

Vale resaltar que o imperador Constantino acreditava em um Jesus como sendo o próprio Deus, já que para ele quem lhe apareceu no sonho foi Deus na forma de Jesus Cristo, o qual lhe orientou para vencer a batalha contra o seu rival Maxêncio (RUBENSTEIN, 2001, p. 88). Além do mais, muitos imperadores na sociedade romana foram tidos como deuses. Então, não é de se admirar que muitos cristãos do período em estudo acabaram encherando Jesus como sendo o próprio Deus encarnado. Dessa forma, a carga herética recaiu sobre Ário e seus seguidores, os quais pensavam diferentes, acreditavam que Jesus não era Deus e foi criado pelo mesmo. Pelo visto, essa crença de Ário e seus seguidores estava de certa forma alinhada com a tradição judaica, os quais acreditavam na vinda de um messias humano, enviado por Deus (SCARDELA, 1998, p. 35, 51-58).

Não é por acaso que as autoridades romanas a princípio enxergavam o cristianismo como sendo uma forma bizarra do judaísmo (RUBENSTEIN, 2001, p. 39). Como veremos adiante, não só os arianos foram penalizados com a decisão do Concílio de Nicéia, mas também os judeus que viviam em todo território romano, já que acreditavam em só Deus, imortal, imutável e eterno, e além do mais concebiam o seu messias como sendo um homem que defenderia a causa judaica no âmbito político, militar e religioso, e não um messias semideus. Outra questão que atingiu a cultura judaica foi a criação do decreto de descanso cristão no dia de domingo, dia esse que era o mesmo dia do *Deus-Sol* (Sol Invicto). Esse decreto foi promulgado pelo imperador Constantino no ano 321 da era cristã, o qual ficou conhecido como Édito de Constantino. Atingiu a cultura judaica devido os judeus desde a época do seu profeta Moisés observarem o sábado como dia de descanso, e o imperador Constantino proibiu qualquer um de desacomodar em qualquer outro dia, a não ser no domingo, com penas severas para quem desobedecesse. De acordo

com Arnaldo B. Chistianini,²¹ em seu livro *"Subtilezas do Erro"* do ano de 1965, o Édito de Constantino foi reafirmado no Concílio de Laodicéia ocorrido em 364 d.C. Nesse concílio, foi reafirmado que

"Os cristãos não devem judaizar e descansar no sábado, mas trabalhar nesse dia; devem honrar o dia do Senhor [domingo] e descansar, se for possível, como cristãos. Se, entretanto, forem encontrados judaizando, sejam excomungados por Cristo" Cânon 29 (CHISTIANINI, 1965, p. 211).

Constantino incomodado com as desavenças entre os cristãos provocadas pelas disputas teológicas entre Ário e Alexandre, ansiava por uma resolução rápida e definitiva. Para ele, essa disputa era tola e desnecessária, manchava a imagem dos cristão diante dos pagãos, além de destruir a unidade cristã (RUBENSTEIN, 2001, p. 74). E unidade era um dos requisitos necessário à política imperial romana desse período, porque para Constantino a religião cristã também era uma questão de política, a qual ajudaria a manter a unidade do império. O concílio se iniciou de fato no início de junho do ano 325. Diferentemente de Ehrman, o qual afirma que o bispo Atanásio de Alexandria aponta que participaram do concílio trezentos e dezoito bispos (EHRMAN, 2014, p. 205), Rubenstein relata que mais de duzentos e cinquenta bispos estavam presentes (RUBENSTEIN, 2001, p. 102). Apesar de Ehrman e Rubenstein apresentarem diferenças nos números de bispos presentes no concílio, os dois pesquisadores concordam que a despeito do Concílio de Nicéia ser o maior evento cristão da época, a maioria absoluta de clérigos eram orientais, e apenas alguns bispos ocidentais, cerca de meia dúzia participaram do evento. Dessa forma, para os pesquisadores o concílio não foi um encontro universal (EHRMAN, 2014, p. 205) (RUBENSTEIN, 2001, p. 102).

Como não poderia ser diferente, o tema principal a resolvido no concílio foi a controvérsia ariana (EHRMAN, 2014, p. 205-206). Presente no concílio, Ário não fez nenhum pronunciamento formal e evitou discussões públicas (RUBENSTEIN, 2001, p. 105). No entanto, um dos seguidores e defensores de Ário, o bispo Eusébio de Cesaréia deu início aos procedimentos do concílio com um discurso de abertura abordando a questão do que seria válido sobre Deus, sobre Cristo e sobre o Espírito Santo (EHRMAN, 2014, p. 206). Em seguida, o imperador Constantino acreditando que o cristianismo traria a unidade do império, fez um breve discurso, enfatizando a necessidade do estabelecimento da paz e da harmonia na Igreja (RUBENSTEIN,

²¹ Apologista adventista. Christianini através de *"Subtilezas do Erro"* contradiz o teólogo batista Ricardo Pitrowski a respeito da questão do sábado cerimonial e do sábado semanal, contidos nos textos bíblicos. Pitrowski através da obra *"O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus"* de 1937 defende que na Bíblia não há separação entre lei moral e lei cerimonial ou ritual.

2001, p. 104). Após intensos debates que duraram quase dois meses, os trabalhos no concílio se encerraram por completo na segunda quinzena de julho. No entanto, a controvérsia ariana foi resolvida em pouco mais de uma semana após o início do concílio (RUBENSTEIN, 2001, p. 105). Mas isso não quer dizer que as ideias do padre Ário foram sufocadas e encerradas aí, elas floresceram e se alastraram por todas as comunidades cristãs da época, especialmente entre as comunidades cristãs orientais. Bart D. Ehrman nos traz as seguintes resoluções, a quais ficaram conhecidas como *Credo Niceno*:

Cremos em um só Deus, o Pai, todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;
E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado do Pai, unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, luz de luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial com o Pai, por quem todas as coisas vieram a existir, as coisas do céu e as coisas da terra, o qual por nós homens e pela nossa salvação desceu e encarnou, tornando-se humano, sofreu e ressuscitou no terceiro dia, subiu aos céus, virá para julgar os vivos e os mortos;
E no Espírito Santo.
Mas, quanto aqueles que dizem: "Foi quando ele não existia", e: "Antes de nascer ele não existia", e que: "Ele veio a existir do nada", ou que asseguram que o Filho de Deus é de uma hipóstase ou substância diferente, ou está sujeito a alteração e mudança — esses a igreja católica e apostólica anatematiza.²²

A palavra grega *homoousios* foi usada no Grande Concílio para definir Jesus como sendo da mesma substância do Pai, ou seja, que ele não era subordinado a Deus, mas que ele era eterno tanto quanto Deus (EHRMAN, 2014, p. 206). Rubenstein também aponta a palavra grega *homoousios* como sendo decisiva para esclarecer a natureza de Cristo na redação do Credo Niceno durante o concílio na cidade de Nicéia. Porém, o autor mostra que apesar da palavra grega *homoousios* ser usada para definir Jesus como sendo da mesma substância de Deus, havia problemas de ambiguidade no uso dessa palavra. De acordo com Rubenstein, os bispos presentes no concílio entendiam a palavra grega *homoousios* como portadora de duplo sentido. Teologicamente falando, a palavra poderia significar que Cristo foi gerado, como também poderia se referir que ele foi criado por Deus (RUBENSTEIN, 2001, p. 108-109). Na tentativa de eliminar a ambiguidade da palavra grega *homoousios*, usada para definir a natureza de Cristo, os bispos antiarianos através do Credo Niceno, deixaram claro que a palavra grega significava que Jesus foi gerado por Deus, ou, que ele fluiu de Deus-Pai desde a eternidade, e não que ele foi criado em um momento específico da eternidade, ou, que foi criado

²² (EHRMAN, 2014, p. 206). O autor destaca que a versão moderna representa uma revisão posterior do Credo Niceno.

a partir do seu nascimento materno como defendia os arianos. E ainda, foram acrescentados no Credo os anátemas, condenando as doutrinas do padre Ário e seus seguidores (RUBENSTEIN, 2001, p. 110).

O resultado final do Concílio de Nicéia

De acordo com Ehrman, no final do concílio ficou decidido que “... *Cristo é da 'mesma substância' que Deus-Pai*” (EHRMAN, 2014, p. 207). Ou seja, “*Cristo é o 'Deus verdadeiro', não uma divindade secundária subordinada a Deus-Pai*” (EHRMAN, 2014, p. 207). Semelhantemente, Rubenstein também esclarece que no Credo Niceno ficou “... *estabelecida a base para a unidade da doutrina dentro da Igreja...*” (RUBENSTEIN, 2001, p. 112). E, tanto Ehrman como Rubenstein relatam que dos trezentos e dezoito, ou, dos mais de duzentos e cinquenta bispos presentes no concílio, apenas três não assinaram o credo: Ário e dois bispos da Líbia, terra natal de Ário. E ainda, os dois pesquisadores concordam também que os três bispos foram exilados (RUBENSTEIN, 2001, p. 111) (EHRMAN, 2014, p. 207). E que “*Dois outros bispos assinaram o credo, mas se recusaram a concordar com os anátemas do final, dirigidos especificamente contra os ensinamentos de Ário*” (EHRMAN, 2014, p. 207). No final, esses dois bispos também foram exilados. Rubenstein dá o nome desses dois outros bispos exilados: Eusébio de Cesaréia e Eusébio de Nicomédia, ambos defensores da doutrina ariana (RUBENSTEIN, 2001, p. 111-112).

Assim, um judeu chamado Yeshua entre seu povo, Iesus entre as populações de fala grega e Jesus em latim, camponês, filho de um pobre carpinteiro da região da Galiléia, que liderou um movimento de resistência não violenta ao Império Romano, desafiou a classe sacerdotal judaica e espantou grupos religiosos judaicos com seus sermões éticos, apocalípticos e messiânicos, fundamentados nas tradições religiosas judaicas, executado pelas autoridades romanas sem nenhuma cerimônia, se tornou de fato no Concílio de Nicéia Jesus Cristo o Deus verdadeiro que se fez homem e habitou entre os homens.

De certa forma, após o Concílio de Nicéia parecia que tudo estava resolvido, o credo cristão estabelecido, Ário e seus seguidores exilados. Mas, de acordo com Rubenstein três meses após o concílio, Constantino suspendeu o exílio de Ário, de Eusébio de Nicomédia e dos seus seguidores, e todos foram novamente aceitos no seio da Igreja (RUBENSTEIN, 2001, p. 112). A controvérsia ariana não deixou de existir após as decisões no Concílio de Nicéia, pelo contrário, ela continuou e o arianismo se manteve em expansão gradativamente por todo o mundo cristão conhecido. Além do mais, ainda havia muito que fazer para regular, estruturar e organizar toda a cristandade. Após quase três séculos de perseguição, a Igreja no

século IV ainda não tinha uma estrutura definida e nem tinha maturidade suficiente para estar atrelada a vida política e governamental do Império Romano. A Páscoa cristã, por exemplo, era celebrada sempre um domingo após a Páscoa judaica, segundo Rubenstein, isso para Constantino era intolerável (RUBENSTEIN, 2001, p. 113). Os romanos não toleravam as tradições religiosas judaicas, e os mesmos desde pelo menos o ano 66 d.C. haviam declarado guerra aos romanos. Logo, para Constantino, a religião cristã tinha que quebrar todos os laços com o judaísmo, e ao mesmo tempo se afastar do paganismo religioso mediterrâneo. Rubenstein nos diz que os bispos concordaram com Constantino e “... foram adotados vinte cânones, ou leis, que determinariam a organização da Igreja e o comportamento do clérigo” (RUBENSTEIN, 2001, p. 114). Assim, de acordo com Ehrman “Niceia e seu credo não foram o fim da história, mas o começo de um novo capítulo” (EHRMAN, 2014, p. 211). Ou seja, o cristianismo passou a ter a partir daí duas grandes divisões, os que acreditavam que Jesus não seria Deus, compostos pelos arianos, e os que acreditavam que Jesus era Deus, compostos pelos antiarianos.

O Concílio de Constantinopla e a reafirmação de Jesus como sendo Deus

Sem ter finalizado com a controvérsia ariana e nem sequer ter acabado com a visão do padre Ário e de seus seguidores a respeito de divindade de Cristo no Concílio de Nicéia, os antiarianos se viram obrigados a formar um novo grande concílio, este seria realizado na cidade de Constantinopla em 381. Mas antes da realização do Grande Concílio de Constantinopla, ocorreram muitos outros concílios menores em diversas cidades do Oriente e do Ocidente, como por exemplo, o Concílio de Nicomédia em 328, o Concílio de Tiro no Líbano em 335, o Concílio de Antioquia em 341 e o Concílio de Laodiceia ocorrido em 364. Com destaque para o Concílio de Nicomédia, que assim como o Concílio de Nicéia, foi convocado pelo imperador Constantino no intuito de reavaliar as posições teológicas do padre Ário exilado após a criação do Credo Niceno. Isso aconteceu depois que Ário convicto de suas posições teológicas, persuasivo e insistente junto com seu colega o padre Eusóio de Antioquia se apresentaram na corte romana para explicarem com mais detalhes ao imperador Constantino as suas convicções teológicas. De acordo com Rubenstein, Constantino os ouviu e recomendou que os dois escrevessem um credo, apontando suas ortodoxias (RUBENSTEIN, 2001, p. 132). Prontamente, os dois padres se apressaram e escreveram um documento com suas convicções teológicas e apresentaram ao imperador, o qual acatou o documento e convocou um grande número de bispos para analisarem o documento e reavaliarem a situação de Ário. O local escolhido foi à cidade de Nicomédia, onde aconteceu o

concílio no ano de 328 e decidido que Ário e Eusóio fossem readmitidos para a comunhão da igreja (RUBENSTEIN, 2001, p. 132). Com essa decisão, o movimento ariano torna a ser um dos principais movimentos cristão da época e a divindade de Cristo continua sendo o principal foco de debates entre os cristãos do período no mundo romano.

O imperador ariano Valente morreu em 378 após uma desastrosa batalha contra os visigodos. Em seu lugar, ocupa o trono na parte oriental do Império, Teodósio I, o qual, ao contrário de seu antecessor decide professar a fé nicena, e através de um édito proclama a ortodoxia nicena como a ortodoxia oficial em todo território romano. Isso é claro, atinge diretamente o movimento ariano. Teodósio sem perca tempo, proíbe a prática do arianismo juntamente com suas doutrinas “heréticas”, e declara que os cristãos verdadeiros são aqueles que creem na Santa Trindade, ou seja, Deus em três pessoas distintas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo (RUBENSTEIN, 2001, p. 265). Depois de formalizar uma série de decretos que favorecia a fé nicena e proibir à prática das doutrinas arianas, além de tornar o cristianismo como religião oficial do Estado romano em 380, Teodósio concluiu que era necessário a realização de um concílio, pois sem a aprovação dos bispos os seus éditos que defendia a crença em Jesus como sendo Deus não teriam o impacto desejado (RUBENSTEIN, 2001, p. 267). Sendo assim, o imperador convidou em 381 cerca de 150 bispos orientais para participarem do Grande Concílio na cidade de Constantinopla (RUBENSTEIN, 2001, p. 267).

De acordo com Ehrman *“Nesse concílio, as decisões de Niceia foram declaradas e afirmadas outra vez, e o arianismo passou a ser uma visão minoritária marginalizada e considerada herética pela ampla maioria”* (EHRMAN, 2014, p. 211). Ou seja, o decreto niceno a respeito da afirmação de que Cristo era Deus é reiterado no Concílio de Constantinopla. Dessa forma, prevaleceu a vontade do imperador, dos bispos pró nicenos e de todos que acreditavam em Jesus como sendo Deus. Jesus um camponês judeu pobre da região da Galiléia e pregador apocalíptico itinerante, finalmente foi declarado oficialmente como sendo o próprio Deus. Nesse Ínterim, o arianismo foi aos poucos desaparecendo das comunidades cristãs tanto no ocidente como no oriente, no entanto, os debates teológicos acerca da divindade de Jesus continuaram, e continua até os dias atuais. Quanto aos judeus, porém, foram tidos como deicidas, ou seja, os que “mataram Deus”. Acusados por rejeitarem e matarem o seu messias, ou, o Cristo-Deus, os judeus de forma sistemática foram perseguidos pelos crentes em Jesus no mundo romano. Gradativamente os insultos, as sinagogas queimadas e os confiscos de bens foram se ampliando para assassinatos, sem nem tipo de remorso por parte dos cristãos,

afinal, eles acreditavam que estavam vingando a “morte do seu Deus” (EHRMAN, 2014, p. 213-215). Além de judeus, praticantes de outras religiões consideradas pelos cristãos de pagãs, também foram sistematicamente perseguidos, seus bens confiscados e muitos foram mortos (RUBENSTEIN, 2001, p. 272). Dentre esses grupos havia os ebionitas, compostos por judeus-cristãos que acreditavam em Jesus como o Messias de Israel, mas suas crenças estavam condicionadas a obediência a Torah, crenças essas que acabaram entrando em choque tanto com os judeus tradicionais quanto com os cristãos nicenos (HURLBUT, 1999, p. 41). Afinal, para os cristãos nicenos, eram todos considerados infiéis e suas crenças pagãs e deicidas tinham que ser extirpadas.

Considerações finais

O monoteísmo judaico e o politeísmo greco-romano eram amplamente praticados no mundo romano, em especial na Judéia romana. Convictos da chegada do seu messias, os judeus da primeira metade do primeiro século da era cristã acreditavam em um messias humano que iria livra-los das mãos dos romanos. Os povos gregos e os povos romanos viam em seus grandes líderes políticos-militares como um tipo de messias, mas com uma diferença, um tipo de messias divinizados. Logo para esses povos, tornar um líder político-militar em um deus era extremamente comum. Os discípulos de Jesus após sua morte anunciavam em várias partes do mundo romano que o judeu chamado de Messias (Cristo) que morreu em Jerusalém crucificado era o verdadeiro messias de Israel. Relacionando as tradições mitológicas greco-romanas a respeito do nascimento, da vida, da morte e da ressurreição de Jesus, ficou fácil para os povos helenizados, os próprios gregos e especialmente os romanos fazerem essa assimilação, porque antes mesmo de Jesus entre esses povos já havia a crença de que um deus podia possuir uma mulher e gerar um filho semideus, dessa forma, especialmente no IV século da era cristã, os cristãos do mundo romano passaram acreditar que Cristo seria um deus ou o próprio Deus-Pai.

Como vimos ao longo desse trabalho, após intensos debates teológicos entre arianos e antiarianos a respeito da divindade de Cristo, no final do IV século o imperador Teodósio I oficializou definitivamente a crença de que Cristo era realmente Deus. Se apropriando de uma tradição religiosa judaica acerca de um redentor messiânico, os romanos deram uma nova representação a esse judeu camponês da Galiléia, atribuíram-lhe uma divindade e o transformaram no próprio Deus que se fez carne. Isso é claro, como vimos, gerou consequências para todos os povos que viviam em território romano. Consequências desastrosas para judeus

e pagãos, consequências altamente conflituosas entre os próprios cristãos, sejam eles ocidentais ou orientais. E para os que acreditavam que Jesus era realmente Deus, puderam finalmente desfrutar de certo conforto nesse sentido e usufruir de todos os privilégios que as autoridades romanas lhes concebiam.

Referências

Documentação textual

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus Editora, 2002.

ALEXANDRIA, Orígenes de. *De Principiis*. Livro IV, IIIª parte, passagem 14. Bibliotheca Patristica. Disponível em: <http://cristianismo.org.br/or-prin4.htm>. Acesso em: 20/04/2016.

CESARÉIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. Digitalizada e revisada por micscan. Lançada por Semeadores da Palavra. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Editora Novo Século, 2002.

Obras de apoio

CHARTIER, Roger. "Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais". In: _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHEVITARESE, André Leonardo. CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo e Helenismo: Ensaios Acerca das Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CHEVITARESE, André Leonardo. *Cristianismos. Questões e debates metodológicos*. Rio de Janeiro: Kliné, 2011.

CHISTIANINI, Arnaldo B. *Subtilezas do Erro*. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1965.

CROSSAN, John Dominic. *O Jesus Histórico: A Vida de um Camponês Judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994.

_____. *Quem matou Jesus? As raízes do antissemitismo na história evangélica da morte de Jesus*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1995.

_____. *O Nascimento do Cristianismo: O que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas Editoras, 2004.

EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se tornou Deus*. Versão em PDF. São Paulo: LeYa, 2014.

FABRY, Heinz-Josef. SCHOLTISSEK, Klaus. *O Messias*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HORSLEY, Richard A. HANSON, John S. *Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

HURLBUT, Jesse Lyman. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida, 1999.

KNIGHT, A. ANGLIN W. *História do Cristianismo: Dos apóstolos do Senhor Jesus ao século XX*. Rio de Janeiro: CPAD, 1983.

RUBENSTEIN, Richard E. *Quando Jesus se tornou Deus: a luta épica sobre a divindade de Cristo nos últimos dias de Roma*. Rio de Janeiro: Fiesus, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Políticas culturais: entre o possível e o impossível". In: *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Org. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 139-158.

SCARDELA, Donizete. *Movimentos messiânicos no tempo de Jesus: Jesus e outros profetas*. São Paulo: Paulus, 1998.

TRANQUILLO, Caio Suetônio. *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.